

## ● OBRAS

# Finalmente as obras vão começar no Forte



Terminou longo impasse entre Câmara, Governo e promotor. As obras podem arrançar já na próxima segunda-feira.

**VICTOR HUGO**  
vhugo@dnoticias.pt

O Dia de Nossa Senhora das Dores ficará certamente na memória dos funcionários da Câmara Municipal de Machico e do executivo de Ricardo Franco justamente por ter sido ontem que terá terminado uma das maiores maleitas do município.

Foi durante a manhã que os representantes da empresa detentora da concessão do Forte São João Baptista entraram nos Paços do Concelho solicitando e levantando a licença de construção que permite, de imediato, a realização dos trabalhos para a concretização de uma unidade hoteleira.

Um longo impasse que durava há muitos anos e que fruto de vários contratemplos havia quem duvidasse que algum dia teria um final feliz.

Ao nosso jornal o próprio presidente da Câmara Municipal recorreu o histórico e as diligências efectuadas, no entanto acredita piamente que agora todos os consangüinamentos chegaram ao fim. Por

isso mesmo, Ricardo Franco não escondia o sentimento de alívio ainda que, em bom rigor, não seja exclusivo do edil socialista.

“Diria que é um alívio para toda a gente que está envolvida neste processo: um alívio para o município, para a imagem do concelho, um alívio para o Governo Regional e para também para o próprio promotor”, começava por expressar ao DIÁRIO, confirmando a informação de que a empresa Nowhere Else tomara a iniciativa de querer finalmente concretizar o “investimento de 2,6 milhões de euros”.

Trata-se de um empreendimento hoteleiro num edifício público concessionado pela Região há sensivelmente cinco anos, o qual, depois da requalificação, terá uma capacidade de oferta na casa dos 30 quartos num projecto que desenvolve-se por cinco pisos num imóvel todo ele com vista privilegiada para a baía e para a cidade.

## Obra estratégica

Durante o contacto com o edil, por algumas vezes Ricardo Franco considerou tratar-se de um “investi-

## NOVO HOTEL REPRESENTA UM INVESTIMENTO INICIAL DE 2,6 MILHÕES DE EUROS

mento estratégico”, é assim que definiu a nova unidade hoteleira e que por estar nessa condição realçou o esforço muito significativo que foi feito por parte da edilidade para viabilizar o hotel.

“Além da cedência dos terrenos camarários a título excepcional que permitiu que a área de construção fosse ampliada para 3.660 metros quadrados, aprovada dentro dos requisitos legais, também isentamos em 90% as taxas de licenciamento”, enumerou, destacando a abertura que foi dada pelo seu executivo ao dossier por ser, espera, um projecto que também abre portas à empregabilidade, à dinamização da economia e ao reforço da capacidade hoteleira no concelho. Tudo por um bem maior, realçou.

## Histórico de problemas

Foi em Outubro de 2018 que o Governo, dono do Forte, resolveu concessionar à Nowhere Else o espaço só que para cumprir os trâmites vigentes no PDM era preciso uma área de terreno que não tinha.

Foi aí que a autarquia foi envolvida no processo com cedência de uma parcela de terra de 510 metros quadrados, contígua e suficiente para ultrapassar o problema.

No entanto, convém recordar que este acordo entre o Governo e a Nowhere Else pretendia remediar as obras de reabilitação do forte que foram iniciadas há 10 anos, um projecto com a assinatura do arquitecto Victor Mestre que seria executado pela empresa Mare Nostrum que acabou por não ter sido concluído.

Também a construção de uma ETAR na área de protecção do monumento classificado tornou-se num óbice ainda que a crise financeira fosse justificação para a interrupção da empreitada.

## Imóvel era do Estado

O Forte de São João Baptista é um edifício classificado do patri-

mónio cultural madeirense pelo Decreto 32 973, de 18 de Agosto de 1943. Ricardo Franco lembra que discordou que o Estado tivesse cedido o imóvel ao governo e não à Câmara pelo facto de estar no município como deveria ter acontecido com o Forte do Amparo.

“Não faz sentido que imóveis com esta grande e importância cultural não sejam cedidos à Câmara porque também defendemos o interesse público e estamos mais perto e muitas vezes somos nós que lidamos com a sua manutenção como acontece com o Forte do Amparo”, defendeu, deixando o reparo.

## Contestação política

Por resultar num falhanço do governo, os partidos da oposição desencadearam muitas iniciativas expondo as críticas, a CDU, por exemplo, chegou a apontar como um “escangalhão do regime” apontando ao executivo de Miguel Albuquerque uma incapacidade de concretizar a concessão.